MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria Portuguesa dos Negócios
da Sociedade das Nações

Decreto n.º 25:542

Considerando que nos últimos anos se tem notavelmente desenvolvido a actividade dos organismos da Sociedade das Nações destinados a melhorar a organização internacional do trabalho no domínio da inteligência e a contribuir para que se crie o espírito de cooperação indispensável à obra da paz;

Atendendo a que a Organização da Cooperação Intelectual compreende, além da Comissão Internacional, com sede em Genebra, e das suas três instituições permanentes, Secção de Cooperação Intelectual do Secretariado, Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Paris, e Instituto do Cinema Educativo, de Roma, uma Comissão Nacional em cada um dos países que fazem parte da Sociedade das Nações;

Considerando que a Comissão Nacional Portuguesa, nomeada por portaria de 10 de Abril de 1926, não dispunha de organização ou de elementos de trabalho que lhe permitissem o cabal desempenho da missão para que fora criada, impondo-se por isso a sua reorganização;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º As relações entre a Organização de Cooperação Intelectual, da Sociedade das Nações, e os serviços e actividades culturais portuguesas são estabelecidas e mantidas por intermédio da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, nos termos do presente decreto.

Art. 2.º A Comissão Nacional de Cooperação Intelectual ficará dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e será constituída por não menos de dezóito membros, escolhidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros entre individualidades portuguesas de reconhecido mérito na ciência, nas letras e nas artes, um dos quais exercerá as funções de presidente.

§ 1.º Além destes membros, a Comissão terá um secretário, que será funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a categoria de primeiro ou segundo secretário.

§ 2.º Um dos vogais da Comissão desempenhará as funções de delegado de Estado junto do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, de Paris.

§ 3.º A nomeação do presidente e do secretário pertence ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Art. 3.º A Comissão Nacional de Cooperação Intelectual organizar-se-á em sub-comissões, constituindo-se desde já, por escolha do presidente da comissão, as seguintes:

- 1) Actividades de interesse geral;
- 2) Ensino;
- 3) Ciências exactas e naturais;
- 4) Direitos intelectuais;
- 5) Bibliotecas e arquivos;
- 6) Museografia, literatura, música e arte popular.

§ 1.º As sub-comissões não poderão ter menos de três membros nem mais de cinco.

§ 2.º A sub-comissão de actividades de interesse geral pertence estudar os problemas relativos:

- a) Ao estudo científico das relações internacionais;
- b) Ao desarmamento moral;
- c) Ao problema da documentação;
- d) À radiodifusão nas relações internacionais;
- e) À função intelectual da imprensa;
- f) À colaboração internacional no domínio das ciências morais e políticas;

- g) À adopção universal dos caracteres latinos;
- h) À colaboração dos meios intelectuais na obra internacional.

Art. 4.º A Comissão trabalhará em sessões plenárias ou em sessões de uma ou mais sub-comissões.

§ 1.º O presidente, sobre informação do membro da Comissão referido no § 3.º, distribuirá os processos para estudo e informação, designando aqueles que pelo seu carácter de generalidade ou pela importância das matérias versadas devem ser, quer inicialmente quer depois de ouvidas as sub-comissões, apreciados em sessão plenária.

§ 2.º As sessões plenárias e as das sub-comissões serão presididas e convocadas pelo presidente, que poderá delegar a presidência destas últimas num vogal da sub-comissão ou sub-comissões respectivas quando se trate do estudo prévio de qualquer questão proposta.

§ 3.º O expediente da Comissão — que poderá corresponder-se directamente com todas as autoridades e serviços públicos para o desempenho da função que lhe incumbe — fica a cargo de um dos seus membros, designado pelo presidente, e correrá pela Secretaria Portuguesa dos Negócios da Sociedade das Nações.

Art. 5.º O presidente despacha directamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros relativamente aos assuntos que correm pela Comissão.

Art. 6.º As despesas resultantes do funcionamento da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual serão feitas pela força das verbas inscritas na tabela orçamental do Ministério dos Negócios Estrangeiros para os serviços da Secretaria Portuguesa dos Negócios da Sociedade das Nações.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Armando Rodrigues Monteiro*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa de 18 de Junho de 1935 e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba da alínea c) «Cargas e descargas» do n.º 4) «Abono para pagamento de serviços não especificados» do artigo 12.º «Diversos serviços» da classe «Pagamento de serviços» do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1934-1935 com a importância de 1.500\$, a sair da verba do n.º 2) «Publicidade e propaganda» do mesmo artigo e classe.

Esta autorização foi anotada pelo Tribunal de Contas em 21 de Junho de 1935.

Lisboa, 24 de Junho de 1935.—O Administrador Geral do Pôrto de Lisboa, *Salvador de Sá Nogueira*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Decreto-lei n.º 25:543

O presente decreto obedece à imperiosa necessidade de dotar o Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto com o pessoal indispensável à eficiente execução dos serviços administrativos a cargo da respectiva secretaria.

Integrado no pensamento económico do Governo, restringindo as despesas às necessidades imprescindíveis dos serviços, em vez de um lugar de chefe de secretaria cria-se apenas um de primeiro oficial.

Dada a complexidade de funções e segundo a natureza especial dos mesmos serviços, torna-se indispensável adoptar providências tendentes a que o provimento do referido cargo recaia em indivíduo idóneo e de comprovada honestidade.

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado o lugar de primeiro oficial no Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto.

Art. 2.º A nomeação do primeiro oficial referido no artigo anterior será feita, independentemente de qualquer formalidade, pelo Ministro da Instrução Pública, sob proposta e livre escolha do director do Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto.

§ 1.º A proposta de nomeação só poderá recair em indivíduo habilitado pelo menos com o 5.º ano dos liceus que apresente os seguintes documentos, devidamente reconhecidos por notário ou autenticados com selo branco:

1.º Certidão em que prove ser de maior idade e ter menos de trinta e cinco anos;

2.º Certificado do registo criminal por onde se mostre livre de culpas;

3.º Documento comprovativo de ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento militar;

4.º Certificado do registo policial;

5.º Atestados médicos, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º 15:518, de 29 de Maio de 1928, e de revacina.

§ 2.º Ao funcionário nomeado nos termos deste artigo serão abonados vencimentos, de categoria e exercício, iguais aos dos primeiros oficiais de repartição das secretarias gerais das Universidades.

Art. 3.º Ao primeiro oficial competirá executar, sob as ordens e responsabilidade do director, os serviços da secretaria e dirigir os serviços da contabilidade e tesouraria do mesmo Instituto.

Art. 4.º É reforçada com a importância de 1.026\$50 a dotação inscrita no artigo 239.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício», n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei», do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1934-1935, anulando-se igual quantia na dotação do artigo 246.º, n.º 1), do mesmo orçamento.

Art. 5.º É anulado o decreto-lei n.º 25:355, de 17 de Maio de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

Direcção Geral do Ensino Primário

2.ª Secção

Decreto-lei n.º 25:544

Atendendo a que na Cadeia Civil do Porto vem funcionando com resultados apreciáveis uma escola do ensino primário elementar;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º

do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. São extensivas à escola que funciona na Cadeia Civil do Porto as disposições relativas a exames do easino primário elementar contidas no decreto n.º 14:677, de 5 de Dezembro de 1927.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 25:545

Cóm fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 1 de Janeiro de 1935;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizado o pagamento, pela dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 870.º, do orçamento do Ministério da Instrução Pública, destinada a despesa de anos económicos findos, para o ano económico de 1934-1935, da importância de 1.996\$ pelos serviços prestados pelos syndicante e secretário do inquerito aos factos ocorridos no Liceu de Alvos Martins, de Visou, realizado no ano de 1933-1934.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — Armindo Rodrigues Monteiro — Duarte Pacheco — José Silvestre Ferreira Bossa — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDUSTRIA

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição do Fomento Comercial

Decreto-lei n.º 25:546

Tornando-se indispensável estabelecer uma mais rigorosa distinção entre as designações dos vinhos a que se referem os artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 22:173, de 7 de Fevereiro de 1933;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os vinhos *espumantes naturais* ou *espumosos* são aqueles cuja efervescência resulta de uma segunda fermentação alcoólica em garrafas ou outros recipientes fechados, quer seja espontânea quer produzida pelos processos tecnológicos clássicos ou pelos destes derivados.

§ único. A designação de *espumante natural* ou *espumoso* cabe não só ao vinho cuja espuma resulta da fermentação do açúcar natural das uvas, como também àquele em que ela é resultante da adição de sacarose